

# Qualidade no ensino

*Educação*

ENTRE as metas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a serem atingidas até o final do século está a garantia de educação básica para pelo menos 80% das crianças. No Brasil, segundo documentos do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), do Ministério da Educação, essa meta já teria sido atingida em 1990, quando o ensino regular de Primeiro Grau atendeu cerca de 30 milhões de crianças — o equivalente, em termos censitários, a 86,3% da população na faixa dos sete aos 14 anos.

NOSSAS perspectivas seriam boas, a se tomar como base a projeção da matrícula inicial, que apresentou, no período 1985-1990, um crescimento anual de 2,4% — o que daria, com sobra folgada, para a cobertura do crescimento populacional.

CONTRASTA, porém, com essa cobertura potencialmente satisfatória o problema da produtividade. Medida pelo percentual de alunos que completam o Primeiro Grau no tempo previsto (oito anos), nossa produtividade é baixíssima. Com aproximadamente 20%

de produtividade, estamos em último lugar na América Latina e Caribe, logo atrás de El Salvador (31%) e do Haiti (32%).

É O lado invisível — e absolutamente miserável — da educação no Brasil. Aquele que o discurso de governantes deixa de fora. Eles preferem falar em quantidade de escolas construídas, de salas de aula acrescentadas, de livros e material escolar distribuídos, de professores treinados e de equipamentos.

PARA inverter esse processo de escamoteamento do que há de mais relevante no processo educacional, parece uma perspectiva promissora o Pacto Minas pela Educação, lançado no final de janeiro em Belo Horizonte pelo Unicef, junto com o Governo do estado. Não tanto pelas metas quantitativas a que se dispõe, no atendimento escolar e pré-escolar, mas pelo controle de qualidade que ele introduz, ao envolver o empenho de empresas, entidades empresariais, civis e sindicais. Grande parte, pois, da sociedade.

O PAPEL da sociedade no processo de avaliação permanente da escola, complementar ao papel do pessoal especializado com seus critérios

técnicos, é vital. Ele terá seu peso sobretudo na determinação de políticas públicas realistas e lúcidas. A escola não é um sistema fechado. Tendo como referência o desenvolvimento econômico e social do país num momento determinado de sua História, é indispensável que, ciosa de eficiência, tenha a julgá-la a sociedade inteira.

O PACTO mineiro inclui o projeto Pró-Qualidade, com recursos de US\$ 300 milhões, financiados em 50% pelo Banco Mundial, destinados à capacitação dos professores, à infra-estrutura das escolas estaduais e ao gerenciamento da escola e do sistema de ensino como um todo. E no acompanhamento desse projeto, a ser desenvolvido em cinco anos, a sociedade poderá ter influência decisiva.

Os estudos mais recentes do Saeb sobre melhoria da qualidade do ensino indicam que capacitação de professores, material didático, infra-estrutura física das escolas são de rendimento duvidoso se não houver correlação com a concepção da escola como projeto pedagógico e compromisso da equipe de trabalho — o que põe na ordem do dia o juízo crítico da sociedade.